

Em prol de vozes democráticas

COLABORADOR

GILMAR LUIZ COELHO

opinio@hojeemdia.com.br

Vivemos, nas últimas semanas, um movimento popular motivado pela insatisfação. Entre as bandeiras levantadas, mais transparência, lisura com a coisa pública, não à corrupção e, no geral, um grito de socorro por mais Justiça!

Como se sabe, o Poder Judiciário, como guardião por excelência da Constituição, representa o último refúgio do cidadão contra os desmandos e toda a sorte de iniquidades. E, nos milhares de processos que se protocolizam todos os dias, materializa-se a esperança do resguardo dos direitos, o restabelecimento da justiça dos casos entre as pessoas e, concretamente, o combate à corrupção.

A essas questões, soma-se a conjuntura por vezes denunciada, como excesso de trabalho e necessidade de reaparelhamento do Judiciário, que sofre com a falta de estrutu-



ra física e, sobretudo, de material humano. É preciso que a Justiça, com todas as limitações orçamentárias, lute para continuar crescendo e estruturando-se, pois só assim poderá fazer frente a todas as demandas sociais a que hoje é chamada a decidir.

Alguns podem pensar que, na verdade, o que precisamos é de aprimorar nossas leis, procedimentos, rotinas de gestão, extirpar fórmulas burocráticas, revisar jurisprudências, decidir de forma mais objetiva, expedita e desapegada

de formalismos por vezes desnecessários. Concordamos que tudo isso constitui uma mudança de paradigma e que a Justiça tem tentado fazer sua parte e se adaptar aos novos tempos. Entretanto, há um mínimo exigível de estrutura e de pessoal adequados para que a magistratura possa dar a resposta merecida pela população.

O Conselho Nacional de Justiça reporta que, nos últimos 5 anos, 83 magistrados brasileiros pediram exoneração, cerca de 200 aposentaram-se precoce-

mente e mais de 100 aprovados em concurso público desistiram de ingressar na magistratura, em função da quantidade exorbitante de trabalho e grandes responsabilidades e cobranças. Esse cenário nos indica descontentamento generalizado com a estrutura de trabalho e com a política de valorização da carreira. O enfraquecimento do Judiciário, evidentemente, acaba por fragilizar os alicerces da democracia que, com muito custo, foi edificada em nosso país.

Acreditamos que os poderes constituídos terão sensibilidade de promover os atos necessários para a imperativa criação e instalação de novas unidades jurisdicionais no primeiro e segundo grau, atendendo-se prioritariamente aos locais onde o déficit é mais gritante. Não há como dissociar a necessidade de aparelhamento do Judiciário para poder continuar na luta contra a injustiça.

() Juiz de Direito e presidente da Associação dos Magistrados de Goiás*